

## DEBATENDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DESENVOLVIDO NO SUL DE MINAS

Júlia de Moura Martins Guimarães<sup>1</sup> e Jacqueline Magalhães Alves<sup>2</sup>

### Introdução

É notável, nas últimas décadas, o destaque que a questão ambiental vem ganhando no cenário mundial, haja vista as consequências danosas que a degradação do ambiente tem produzido no planeta, revelando um sistema global em crise. A preocupação em converter atitudes não-comprometidas com os impactos gerados no meio ambiente em ações que favoreçam sua preservação tem sido a alternativa mais comum apontada por especialistas da área.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental (EA), enquanto possibilidade de formar pessoas mais esclarecidas em relação aos desdobramentos de sua forma de agir, mostra-se como importante aliada na promoção de mudanças. Rocha (2010, s.p.) aponta a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972, como o marco em que “a EA passou a ser considerada como campo de ação pedagógico, adquirindo relevância e vigência internacional”.

Nesse contexto, muitas têm sido as maneiras de se fazer educação ambiental (EA), já que, conforme aponta Carvalho (2004, p. 15):

[...] as práticas agrupadas sob o conceito de educação ambiental têm sido categorizadas de muitas maneiras: educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras.

Embora possuam o mesmo apelo de solucionar os problemas decorrentes do descompasso da relação cultura/natureza, as correntes de EA se pautam por diferentes valores e concepções, que se alinham a perspectivas das mais tradicionalistas até as mais contra-hegemônicas. Segundo Rodrigues e Guimarães (2010), a EA configura-se como campo de disputa entre uma abordagem conservadora, orientada pela racionalidade técnica dominante, e outra crítica, de caráter político, democrático e transformador.

Em meio a essa diversidade de enfoques, temos observado um montante considerável de propostas que não estão comprometidas com uma formação crítica e emancipatória. Referindo-se à problemática destas EA's que têm sido desenvolvidas, Mauro Guimarães comenta que:

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Lavras e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Pouso Alegre - MG, e-mail: julia.guimaraes@ifsuldeminas.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG, e-mail: jacque@ded.ufla.br

Certamente se fizermos um comparativo do quadro atual com o de 20, 30 anos atrás, podemos ver o quanto a educação ambiental ganhou espaço na sociedade: no entanto essa mesma sociedade degrada hoje mais o meio ambiente do que há 20, 30 anos. Que educação ambiental é essa que quanto mais se faz, menos alcança seus objetivos? (GUIMARÃES, 2007, p. 86)

Ao constatar a “impossibilidade radical de que se desenvolva uma educação ambiental profícua no tradicional esquema da epistemologia moderna que preserva a dicotomia cultura/natureza [...]”, Grün (1996, p. 63) aponta para a necessidade de uma EA que supere a visão ingênua de ambiente como sinônimo de ecologia ou natureza. Entretanto, conforme constata Guimarães e Alves (2012), no cenário brasileiro da educação formal, ainda predominam práticas e concepções reducionistas e fragmentadas de EA, nas quais se evidenciam vínculos com o paradigma de cisão entre cultura e natureza, em que o ser humano se coloca em posição de ser soberano perante o meio natural.

Em contraponto a tais perspectivas de orientação conservadora, uma vertente de cunho crítico tem ganhado espaço no cenário ambiental, principalmente a partir dos anos 90 do século XX. Podendo ser identificada de diferentes maneiras, como educação ambiental crítica, transformadora, popular, emancipatória e dialógica (LOUREIRO, 2007), essa abordagem tem o propósito de questionar não apenas a degradação ambiental em si, mas preocupa-se, principalmente, em denunciar as mazelas que o desenvolvimento desenfreado realizado pelo ser humano tem gerado para o ambiente e, conseqüentemente, para a própria humanidade.

Isso implica estabelecer ligações entre os problemas ambientais e questões sociais mais amplas, como a influência das ideologias e das relações de poder na estruturação dos discursos ambientais hegemônicos. Ao se referir à EA crítica, Loureiro (2007) enfatiza que:

A sua marca principal está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a educação ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza. [...] Com a perspectiva crítica, entendemos que não há leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história, educação fora da sociedade, mas relações em movimento no tempo-espaço e características peculiares a cada formação social, que devem ser permanentemente questionadas e superadas para que se construa uma nova sociedade vista como sustentável. (LOUREIRO, 2007, p. 66)

A EA crítica configura-se como referencial teórico-prático capaz de congrega uma diversidade de desdobramentos e apropriações, sendo possíveis múltiplas educações ambientais denominadas críticas. É importante, contudo, serem capazes de lançar um olhar reflexivo e questionador na apreensão da realidade, tecendo constantes problematizações no sentido de torná-la mais justa e equânime.

Tendo em vista essas considerações, inúmeros são os estabelecimentos que buscam, através de projetos de educação ambiental, promover campanhas com o objetivo de orientar o comportamento humano em direção à conservação do meio ambiente. Porém, “diversas iniciativas denominadas socioambientais, [...] não englobam de uma forma sistêmica todas as suas dimensões (econômica, social, ambiental, política e cultural)” (BRASIL, 2009, p. 20), o que nos leva a indagar: qual a concepção de meio ambiente adotada por essas campanhas? Será que o conceito de meio ambiente presente nessas iniciativas atende às reais necessidades

ISSN 2236-0476

ambientais ou tais projetos apenas contribuem para a conquista do cobiçado título de “empresa sustentável”?

A partir desses questionamentos, este estudo teve como objetivo investigar a concepção de meio ambiente presente em um projeto de extensão universitária desenvolvido no sul de Minas Gerais, o qual tinha o intuito de promover atividades de EA junto à comunidade sul mineira.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente estudo é uma pesquisa teórico-documental de abordagem qualitativa, no qual se utilizou a técnica de análise documental, visando compreender a concepção de meio ambiente presente em um projeto de extensão de uma universidade do sul de Minas Gerais. A escolha pela abordagem qualitativa deve-se ao fato desta privilegiar a questão do significado e da intencionalidade (MINAYO, 2007), levando em consideração “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p. 21). Segundo Lüdke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. As análises realizadas foram subsidiadas pelo referencial teórico da EA Crítica e da Pedagogia Crítica de Paulo Freire.

### **Resultados e Discussão**

No projeto de extensão analisado, a concepção de meio ambiente pode ser identificada como sinônimo de natureza como mostra o trecho a seguir:

Os problemas ambientais agravam-se a cada ano que passa: aumento das enchentes, das tempestades e furacões, das agressões à vida selvagem que contribuem para o aumento de enfermidades, mais emissão de dióxido de carbono na atmosfera pelas indústrias, da queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural), queimadas (liberação de metano e óxido nítrico) e os clorofluocarbonetos emitidos pelos aparelhos eletrodomésticos que contribuem para o esquentamento do planeta e o aumento do buraco da camada de ozônio que aumenta a irradiação dos raios ultravioletas e eleva a incidência do câncer de pele e de outras enfermidades. (MEYER; SILVA; MENDONÇA, 2007, p. 4).

Segundo Takada e Bosch (2011), essa concepção evidencia uma educação ambiental simplista, na medida em que reduz o meio ambiente à natureza, tratando a crise ambiental como uma crise meramente ecológica. Isso implica “desprezar as dimensões políticas, éticas e culturais [e] apresentar uma abordagem fragmentada e acrítica da questão socioambiental” (TAKADA; BOSCH, 2011, p. 2).

O projeto pretendia levar informações a respeito da preservação do meio ambiente à população do sul de Minas, por meio da “realização de campanhas de conscientização da questão ambiental em diferentes setores da sociedade (escolas, empresas, meio rural, etc)” (MEYER; SILVA; MENDONÇA, 2007, p. 9). Tomando como referência a Pedagogia Crítica de Paulo Freire, que, em seu conceito de educação bancária, parte da ideia de que o conhecimento não se deposita, nem se transfere de um ser para o outro, constata-se a impertinência de se utilizar o termo *conscientização*. De acordo com Freire (1978), ninguém educa ninguém, ninguém conscientiza ninguém, a consciência se constitui com consciência

ISSN 2236-0476

do mundo.

Constatamos também que o projeto é referenciado por ideias e concepções ingênuas da questão socioambiental. Isso é evidenciado em considerações como:

A proteção dos recursos naturais é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações brasileiras. [...] o uso indevido e sem controle dos recursos naturais acabará por voltar-se contra todos nós. (MEYER; SILVA; MENDONÇA, 2007, p.3 e p.7).

Essas afirmações baseiam-se numa ética antropocêntrica e utilitarista, que orienta qualquer intervenção humana na natureza somente se esta ocorrer em benefício do próprio homem (Grün, 1996). Dentro dessa concepção, a preocupação com o meio ambiente é, antes de mais nada, uma preocupação com o próprio ser humano, evidenciando uma relação cindida entre sujeito e ambiente. Para Grün (1996),

[...] esta preocupação exacerbada com “nossos recursos” revela um comprometimento com as lógicas capitalísticas. [...] Na verdade, uma proposta de educação ambiental que se oriente por esse tipo de diretriz não será mais que uma defesa das condições de produção, ou seja, precisamos ter cuidado para não exaurir “nossos recursos”, pois a produção pode ser afetada (GRÜN, 1996, p. 47).

Na proposta de educação ambiental analisada, nota-se a presença dessa lógica capitalística, como se pode perceber na frase: “o desenvolvimento é incontrolável e necessário” (MEYER; SILVA; MENDONÇA, 2007, p.7). De acordo com Alves (2010), a necessidade de sobrevivência do sistema capitalista configura-se como uma das várias questões que têm motivado o resgate da relação sociedade-natureza. Silva (2010) corrobora com essa afirmação ao denunciar que

É visível o surgimento de um “mercado da sustentabilidade”, onde o ecologicamente correto se transforma em reforço positivo para a construção de marcas, fortalecimento de imagens das indústrias, mascarando assim a inconsistência do capitalismo como ideologia norteadora de uma sustentabilidade socioambiental (SILVA, 2010, p. 1).

Deste modo, induzidas pela popularidade em alta de termos como “sustentabilidade”, “consciência ecológica” e “responsabilidade socioambiental”, muitas organizações se utilizam de projetos de educação ambiental repletos destas expressões para elucidarem à população seu comprometimento com a preservação do meio ambiente, aumentando assim seu reconhecimento social.

## Conclusões

A execução do projeto, na prática, consistiu em atividades como distribuição de panfletos e confecção de banners informativos sobre problemas que envolvem o meio ambiente, realização de palestras e plantio de mudas. Percebe-se que essas atividades visavam somente ao repasse de informações técnicas, sem se preocupar com o estabelecimento de diálogos que pudessem propiciar compreensões da questão socioambiental em sua complexidade. Nesse sentido, o projeto apresentou uma concepção de meio ambiente superficial, reducionista e ingênuo, considerando o meio ambiente como

ISSN 2236-0476

sinônimo de natureza.

Assim como fazem muitas empresas preocupadas, sobretudo, com a imagem que possuem no mercado, o projeto considerado neste estudo, apesar de bem intencionado, não apresentou comprometimento com uma educação ambiental crítica e transformadora, uma vez que sua metodologia consistiu apenas no repasse de informações técnicas. Porém, percebe-se que o projeto analisado está em consonância com a maioria dos programas de EA vigentes na sociedade atual, já que a concepção hegemônica de EA é conservadora e visa principalmente à adaptação do ser humano ao desenvolvimento desenfreado característico do sistema capitalista.

Desse modo, apesar deste estudo ter focado apenas um projeto, acredita-se que ele possa refletir a realidade de muitas outras propostas de educação ambiental, tendo em vista a representatividade que um caso específico pode possuir num contexto mais amplo por compartilhar valores de uma mesma realidade social.

## Referências

- ALVES, J. M. Água e Conservação Ambiental na Microbacia do Ribeirão Santa Cruz: (re)conhecimento de problemas socioambientais. ENANPPAS, 5., 2010. Florianópolis: ENANPPAS: 2010.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**. 5ª ed. Brasília/DF, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GUIMARÃES, J. M. M.; ALVES, J. M. Formação de professores na área de educação ambiental: uma análise dos anais da ANPEd (2009-2011). **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 7, n. 1, pp. 49-66, 2012.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S. S., TRAJBER, R. (Orgs.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 1996.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S. S., TRAJBER, R. (Orgs.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MEYER, L. K. C.; SILVA, A. C.; MENDONÇA, F. R. **Projeto Grupo Abaeté**. Pouso Alegre, 2007.
- MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 108 p.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 407 p.

ISSN 2236-0476

ROCHA, D. De Estocolmo a Tbilisi: a ONU e a Educação Ambiental. Em: LÔBO, D. et al. **E esse tal meio ambiente?** 12 de janeiro de 2010.

RODRIGUES, J. N.; GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica na formação do educador: uma pedagogia transformadora. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 33., 2010, Caxambu/MG. Anais eletrônicos... Caxambu: ANPEd, 2010.

SILVA, F. A. L. Lato Sensu em Educação Ambiental: uma análise crítica. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu/MG. Caxambu: ANPEd, 2010.

TAKADA, C. C.; BOSCH, M. Educar na sustentabilidade. GLOBAL FORUM AMERICA LATINA - Texto de introdução do eixo Educação na sustentabilidade, 2011.